

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 2.053.035 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esses assuntos

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de setembro de 2025.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco F. A. Noronha Andrade'.

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.605	29.754	23.050	83.694
Concessionárias e permissionárias	5	-	-	10.127	3.858
Almoxarifado		-	-	627	616
Adiantamento a fornecedores		-	-	4.948	-
Tributos e contribuições a compensar		2.514	2.081	5.015	3.710
Partes relacionadas	10	-	-	11.872	3.199
Outros ativos circulantes		-	-	3.201	4.091
Ativo de contrato	6	-	-	153.163	114.217
Total do ativo circulante		13.119	31.835	212.003	213.385
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativo de contrato	6	-	-	1.899.872	1.508.420
Caixa restrito	4	-	-	59.458	10.898
Tributos diferidos	13	3.600	3.600	3.600	3.600
Investimentos	7	918.146	637.715	-	-
Intangível	8	-	-	8.581	9.005
Direito de uso		-	-	-	32
Total do ativo não circulante		921.746	641.315	1.971.511	1.531.955
Total do ativo		934.865	673.150	2.183.514	1.745.340

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	1	-	78.652	48.443
Empréstimos, financiamentos e debentures	11	428.258	-	930.765	68.507
Partes relacionadas	10	-	-	2	14
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		345	337	4.128	4.895
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	4
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	5.590	1.798
Outros passivos circulantes		4	7	810	8.696
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	-	-	1.588	-
Provisão pré-operacionais	12	-	-	25.668	5.803
Total do passivo circulante		428.608	344	1.047.203	138.160
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debentures	11	-	288.260	373.506	1.036.920
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	61.068	48.485
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	69.346	58.029
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	-	-	-	132
Outros passivos não circulantes		-	32	-	202
Total do passivo não circulante		-	288.292	503.920	1.143.768
Patrimônio líquido					
Capital social	14	249.979	123.129	240.077	123.129
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	21.659	55.236	31.561	55.236
Reserva de capital	14	22.398	9.902	22.398	9.902
Reservas de lucros	14	212.221	196.247	212.221	196.247
Total de participação dos controladores		506.257	384.514	506.257	384.514
Participação de não controladores		-	-	126.134	78.898
Total do patrimônio líquido		506.257	384.514	632.391	463.412
Total do passivo e patrimônio líquido		934.865	673.150	2.183.514	1.745.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	15	-	-	470.562	495.168
Custo de implementação de infraestrutura	16	-	-	(330.550)	(473.821)
Custo de operação e manutenção		-	-	(5.242)	(2.631)
Lucro bruto		-	-	134.770	18.716
Administrativas e gerais		(634)	(1.038)	(8.683)	(5.371)
Outras despesas operacionais, líquidas	18	-	-	(707)	(5.837)
Resultado de equivalência patrimonial	7	63.960	(47.452)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		63.326	(48.490)	125.380	7.508
Receita financeira	17	1.625	6.800	3.473	7.112
Despesa financeira	17	(48.977)	(46.893)	(81.574)	(53.501)
		(47.352)	(40.093)	(78.101)	(46.389)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		15.974	(88.583)	47.279	(38.881)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-	-	(3.703)	(7.623)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	(11.610)	(13.836)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		15.974	(88.583)	31.966	(60.340)
Participação dos controladores				15.974	(88.583)
Participação dos não controladores				15.992	28.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	15.974	(88.583)	31.966	(60.340)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes	15.974	(88.583)	31.966	(60.340)
Acionistas controladores			15.974	(88.583)
Acionistas não controladores			15.992	28.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
				Legal	Reservas de lucros a realizar					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14	123.129	9.902	14.242	270.588	-	-	417.861	46.356	464.217
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	4.299	4.299
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	55.236	55.236	-	55.236
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(88.583)	-	(88.583)	28.243	(60.340)
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	-	(88.583)	88.583	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14	123.129	9.902	14.242	182.005	-	55.236	384.514	78.898	463.412
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	43.740	43.740
Transações entre acionistas		-	12.496	-	-	-	-	12.496	(12.496)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	93.273	93.273	-	93.273
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.974	-	15.974	15.992	31.966
Aumento de capital		126.850	-	-	-	-	(126.850)	-	-	-
Reserva legal		-	-	799	-	(799)	-	-	-	-
Reserva lucros a realizar		-	-	-	15.175	(15.175)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14	249.979	22.398	15.041	197.180	-	21.659	506.257	126.134	632.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	15.974	(88.583)	31.966	(60.340)
Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures	47.217	36.194	145.084	119.966
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	1.456	132
Custo de captação	(219)	75	(1.323)	2.545
Amortização direito de concessão	424	364	424	388
Amortização de direito de uso	-	-	32	-
Resultado da equivalência patrimonial	(63.960)	47.452	-	-
Variação cambial	-	(2)	-	(1)
PIS e COFINS diferidos	-	-	15.109	18.740
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	12.583	13.836
	(564)	(4.500)	205.331	95.266
Aumento nos ativos				
Concessionárias e permissionárias	-	-	(6.269)	(3.228)
Ativo de contrato	-	-	(430.398)	(489.212)
Impostos a recuperar	(433)	(1.853)	(1.305)	(2.375)
Almoxarifado	-	-	(11)	88
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(8)	-	1.815
Partes relacionadas	-	-	(8.673)	(3.199)
Caixa restrito	-	-	-	190.232
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(4.948)	5.014
Outros ativos	-	(173)	890	(1.614)
	(433)	(2.034)	(450.714)	(302.479)
Aumento nos passivos				
Fornecedores	1	(99)	30.209	(7.467)
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	8	159	(767)	412
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	46.758	(4)	(23.325)
Provisão pré-operacionais	-	-	19.865	(2.293)
Outras obrigações	(35)	2	(8.088)	8.181
Partes relacionadas	-	-	(12)	14
	(26)	46.820	41.203	(24.478)
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades operacionais	(1.023)	40.286	(204.180)	(231.691)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital nas controladas	(204.399)	(220.593)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(204.399)	(220.593)	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	93.273	55.236	93.273	55.236
Aumento de capital (não controladores)	-	-	43.740	-
Caixa restrito	-	-	(48.560)	(10.898)
Captação de empréstimos, financiamentos e debentures	93.000	-	99.907	197.944
Pagamentos de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(44.824)	(121.321)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	186.273	55.236	143.356	120.961
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(19.149)	(125.071)	(60.644)	(110.730)
Caixa e equivalentes no início do exercício	29.754	154.825	83.694	194.424
Caixa e equivalentes no fim do exercício	10.605	29.754	23.050	83.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade Anônima de Capital Fechado, controlada pela MEZ Energia e Participações S.A., constituída em 05 de julho de 2021 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, S/N - Anexo 1761 - CJ 151 Parte - 15º Andar - Indianópolis - São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades atuantes no setor de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

1.2. Das Concessões

As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessões de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Prazo		Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Receita Anual Permitida - RAP ciclo 24-25	
				Prazo	Próxima			R\$	Mês Base
MEZ 1 Energia	010/2020	30	20/03/2050	5	2025	IPCA	19/01/2025	50.370	02/2020
MEZ 2 Energia	002/2020	30	20/03/2050	5	2025	IPCA	17/05/2024	7.157	02/2020
MEZ 3 Energia	024/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	10/05/2024	6.945	01/2018
MEZ 4 Energia	025/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	23/12/2022	7.248	01/2018
MEZ 5 Energia	003/2021	30	31/03/2051	5	2026	IPCA	Parcial (*)	69.163	02/2020

(*) Atualmente a Companhia encontra-se com 80% de seus projetos em operação. A expectativa é que a operação integral ocorra em março de 2026.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Das Concessões--Continuação

MEZ 1 Energia S.A.

O projeto da MEZ 1 Energia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado Bahia:

- (i) LT 500 kV Sapeaçu - Camaçari IV C1;
- (ii) LT 230 kV Camaçari IV - Pirajá C1/C2 e SE 230/69 kV Pirajá; e
- (iii) SE Camaçari II (Novo Pátio 69kV e Transformação 230/69 kV).

A Companhia entrou em operação de 100% de seus projetos em janeiro de 2025.

O contrato de concessão assegura a Receita Anual Permitida (RAP) no montante de R\$37.063 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da concessão.

MEZ 2 Energia S.A.

O projeto da MEZ 2 Energia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Bahia:

- (i) SE Olindina (Novos Pátios 230 kV e 69kV) e Seccionamento das LTs 230 kV Cícero Dantas - Catu C1/C2 na SE Olindina.

A Companhia entrou em operação através de TLR (Termo de Liberação de Receita) em 17 de maio de 2024. Temos a expectativa de receber o TLD (Termo de liberação definitivo) até o final de 2025. A entrada em operação era prevista para março de 2023.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$5.380 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA, no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da concessão.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Das Concessões--Continuação

MEZ 3 Energia S.A.

O projeto da MEZ 3 Energia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Mato Grosso:

- (i) SE 230/138 kV Rio Claro 2 e seccionamento da LT 230 kV Rondonópolis - Rio Verde.

A Companhia entrou em operação em 10 de maio de 2024, iniciando assim o recebimento de 100% de sua RAP (Receita Anual Permitida).

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$4.988 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA, no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da concessão.

MEZ 4 Energia S.A.

O projeto da MEZ 4 Energia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Rio Grande do Sul:

- (ii) SE 230/69 kV Cruz Alta 2 e seccionamento em 230 kV.

A Companhia entrou em operação teste em 30 de novembro de 2022 e posteriormente em operação comercial em 23 de dezembro de 2022.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$5.206 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA, no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da Concessão.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Das Concessões--Continuação

MEZ 5 Energia S.A.

O projeto da MEZ 5 Energia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Rio Grande do Sul:

- (i) LT 230 kV Porto Alegre 1 - Porto Alegre 9 C1;
- (ii) LT 230 kV Capivari do Sul - Osório 3 C1;
- (iii) LT 230kV Guaíba 3 - Pólo Petroquímico C1;
- (iv) SE Guaíba 3 - Compensador Estático;
- (v) SE Porto Alegre 4 - Transformação e setor de 13,8kV - Subsetor 1;
- (vi) SE Porto Alegre 4 - Transformação e setor de 13,8kV - Subsetor 2;
- (vii) SE Porto Alegre 4 - Transformação e setor de 13,8kV - Subsetor 3;
- (viii) SE Porto Alegre 4 - Transformação e setor de 13,8kV - Subsetor 4;
- (ix) SE Porto Alegre 4 - Transformação e setor de 13,8kV - Subsetor 5 e;
- (x) Módulo de Interligação de Barras em 230kV da SE Porto Alegre 4.

Atualmente a Companhia encontra-se parcialmente em operação, recebendo aproximadamente 80% da RAP prevista no contrato de concessão. A entrada em operação completa está prevista para março de 2026.

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia já desembolsou o montante de R\$ 712.430 em gastos com a construção da infraestrutura da concessão e estima um orçamento de R\$115.251 para conclusão dos trechos remanescentes com entrega prevista para o exercício de 2026. A administração projeta que o investimento remanescente será final por 30% de capital próprio e 70% por meio da captação de financiamentos. É importante destacar que a Companhia, em dezembro de 2024, assinou contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 200.000, o qual deverá ser liberado durante o exercício de 2025. É importante destacar que as estimativas de orçamento, previsão de conclusão e liberação do financiamento com o BNDES, dependem do avanço das discussões da administração com a ANEEL sobre eventuais alterações no escopo da parcela do empreendimento em construção.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$52.982 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da Concessão.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional—Continuação

1.3. Encargos regulamentares

Os montantes que serão faturados pelas controladas da Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - o FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Ministério de Minas e Energia (MME) - recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 2 de setembro de 2025.

2.2. Continuidade operacional

Capital Circulante Líquido – CCL: A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2024, capital circulante líquido negativo de R\$ 415.489 na controladora e R\$ 835.200 no consolidado (positivo R\$31.491 na controladora e R\$ 75.225 no consolidado em 31 de dezembro de 2023). O principal fator desse cenário foi a reclassificação do saldo total dos empréstimos da controladora e as debêntures de sua controlada MEZ 5, nos montantes de R\$ 324.401 e R\$ 485.262, respectivamente anteriormente registrados no passivo não circulante para o passivo circulante, em virtude do descumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) da controlada MEZ 5 referente ao exercício de 2024. Contudo, em 08 de abril de 2025, por meio de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), a Companhia obteve o waiver (perdão) formal para o referido descumprimento e, conseqüentemente, para a não de declaração do vencimento antecipado.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; e
- Contabilização de contratos de concessão.

Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato, que foi entre 7,4% a.a. e 10,7% a.a. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando em uma margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação, operação e manutenção da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão.

2.5. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia MEZ T1 Transmissora e Participações e suas controladas.

As controladas são todas as Companhias nas quais a MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. detém o controle e, são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Em 31 de dezembro de 2024, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Data do início do controle	Participação %
		31/12/2024
MEZ 1 Energia S.A.	Leilão	100%
MEZ 2 Energia S.A.	06/2020	100%
MEZ 3 Energia S.A.	06/2020	90,75%
MEZ 4 Energia S.A.	06/2020	91,15%
MEZ 5 Energia S.A.	Leilão	75%

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas— Continuação

2.5. Procedimentos de consolidação--Continuação

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das Informações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos financeiros --Continuação

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48, o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas Companhias e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Ativo de concessão - contratual

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em sua operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que esses valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

b) Ativo de concessão - contratual

As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii)

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

a) Ativo de concessão – contratual—Continuação

atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) cumulativos, registrados na conta “Impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.4. Investimentos

A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.6. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.8. Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.9. Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

A administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.10. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

3.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Direito exploração obtidos em combinação de negócios

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

3.12. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

i) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

ii) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto entre 7,4% a.a. e 10,7% a.a, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa

iii) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

3.13. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo, pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. A Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro real.

As controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.15. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.16. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.17. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os pagamentos dos juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.18. Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB

3.18.1 A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2024 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.18. Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB--Continuação

3.18.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras, data de vigência a partir de 01 de janeiro de 2027.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. Início da vigência em 01 de janeiro de 2027.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	34	7	1.711	2.793
Aplicações financeiras em CDB	10.571	29.747	21.339	80.901
	10.605	29.754	23.050	83.694

As aplicações estão representadas por investimentos compromissados de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas de 65% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo está demonstrada a abertura por instituição financeira.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Caixa e equivalentes de caixa—Continuação

Caixa restrito	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	-	-
Não circulante	59.458	10.898
	59.458	10.898

O Caixa restrito refere-se a conta reserva obrigatória da debêntures com o Banco Itaú e do financiamento com Banco do Nordeste. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é constituído pelas reservas das controladas MEZ 1, nos montantes de R\$ 14.044 (R\$ 900 conta pagamento e R\$ 5.784 conta reserva com Banco Itaú e R\$ 7.360 com Banco do Nordeste), MEZ 3 no montante de R\$2.094, MEZ 4 no montante de R\$2.190 e MEZ 5 no montante de R\$ 41.130 (R\$ 20.485 conta pagamento e R\$ 20.645 conta reserva junto ao Banco Itaú). A conta reserva deve estar formada até o pagamento da primeira parcela das debêntures.

5. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	10.127	3.858
	10.127	3.858

As controladas da Companhia iniciaram-se os faturamentos da RAP a partir de: MEZ 1 Energia: outubro de 2023, MEZ 2: maio de 2024, MEZ 3: maio de 2024, MEZ 4: dezembro de 2022 e MEZ 5: entrada em operação de forma parcial em 20 de outubro de 2022.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Ativo de concessão

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.622.637	1.133.424
Receita de implementação de infraestrutura líquida de margem	329.342	479.577
Remuneração do ativo contratual de concessão	154.934	32.902
Receita de operação e manutenção	6.727	951
RTP	(1.567)	-
(-) Perda de realização do ativo de contrato (nota 18)	537	(6.614)
(-) Faturamento	(59.475)	(17.603)
	2.053.035	1.622.637
Circulante	153.163	114.217
Não circulante	1.899.872	1.508.420

(*) As receitas de construção e remuneração do ativo de contrato incluem o gross-up de PIS e COFINS na alíquota de 3,65% aplicadas as controladas da Companhia de lucro presumido.

7. Investimentos

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas)

Investidas	31/12/2024					
	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
MEZ 1 Energia	272.250.000	100%	777.318	361.824	415.494	14.074
MEZ 2 Energia	49.650.554	100%	104.645	42.558	62.087	1.095
MEZ 3 Energia	5.303.208	90,75%	83.087	59.100	23.986	1.494
MEZ 4 Energia	3.714.046	91,15%	92.934	55.821	37.113	1.766
MEZ 5 Energia	196.206.596	75%	1.100.231	603.211	497.020	61.099

b) Movimentação dos investimentos - 2024

Investidas	Valor do Investimento em 31/12/2023	Amortização do direito de concessão	Aportes de capital	Transações entre sócios	Equivalência patrimonial	Valor do Investimento em 31/12/2024
MEZ 1 Energia	302.820	-	98.600	-	14.074	415.494
MEZ 2 Energia	44.113	(5)	17.000	-	1.095	62.203
MEZ 3 Energia	20.884	(219)	6.701	-	1.356	28.722
MEZ 4 Energia	37.552	(200)	-	-	1.610	38.962
MEZ 5 Energia	232.346	-	82.098	12.496	45.825	372.765
Total	637.715	(424)	204.399	12.496	63.960	918.146

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7 Investimentos--Continuação

b) Movimentação dos investimentos - 2023

Investidas	Valor do Investimento em 31/12/2022	Amortização do direito de concessão	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Valor do Investimento em 31/12/2023
MEZ 1 Energia	266.907	-	133.957	(98.044)	302.820
MEZ 2 Energia	23.108	-	34.451	(13.446)	44.113
MEZ 3 Energia	19.913	(4)	24.965	(23.990)	20.884
MEZ 4 Energia	28.921	(188)	14.320	(5.501)	37.552
MEZ 5 Energia	125.691	(172)	13.298	93.529	232.346
Total	464.540	(364)	220.991	(47.452)	637.715

A mais valia identificada na Companhia está relacionada exclusivamente aos montantes de menos valia na aquisição das companhias MEZ 2 Energia S.A., MEZ 3 Energia S.A., e MEZ 4 Energia S.A., conforme apresentado no quadro abaixo:

	MEZ 2	MEZ 3	MEZ 4	Total
Valor patrimônio líquido na data da aquisição	(200)	(1.195)	(1.091)	(2.486)
(-) Valor pago	328	6.305	5.754	12.387
Menos valia	128	5.110	4.663	9.901
Amortização de ágio 2022	(6)	(174)	(172)	(352)
Saldo 31/12/2022	122	4.843	4.405	9.370
Amortização de ágio 2023	(5)	(188)	(172)	(365)
Saldo 31/12/2023	117	4.655	4.233	9.005
Amortização de ágio 2024	(5)	(219)	(200)	(424)
Saldo 31/12/2024	112	4.436	4.033	8.581

Conforme o ICPC 09, a mais valia alocada ao direito de concessão é classificada como investimentos na demonstração financeira individual e amortizada na rubrica de investimentos. Os valores informados no quadro acima são referentes ao ano calendário de 2024 e 2023.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Intangível

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Direito de concessão	8.581	9.005
	8.581	9.005

a) Movimentação 2024

	Taxa de amortização	31/12/2023	Amortização	31/12/2024
Direito de concessão	3,33%	9.005	(424)	8.581
		9.005	(424)	8.581

b) Movimentação 2023

	Taxa de amortização	31/12/2022	Amortização	31/12/2023
Direito de concessão	3,33%	9.370	(364)	9.005
		9.370	(364)	9.005

O direito de concessão aqui apresentado, se deu por meio de combinações de negócios, através da aquisição no exercício de 2021 das companhias: MEZ 2 Energia S.A., MEZ 3 Energia S.A. e MEZ 4 Energia S.A. que serão amortizadas até o final das respectivas concessões, vide nota 1.2.

9. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços e materiais	-	-	78.652	48.443
	-	-	78.652	48.443

Os valores referem-se substancialmente a materiais e serviços para a obra a serem liquidados até o final do próximo exercício.

10. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 a companhia possui o montante de R\$11.872, com a MEZ Energia e Participações S.A. de dezembro de 2023 R\$ 3.199), referentes ao compartilhamento de despesas amparado pela RN948 ANEEL.

A remuneração da Alta Administração é desembolsada pela controladora do grupo econômico MEZ Energia e Participações S.A.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma

Controladora						
Companhia	Credor	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2024	31/12/2023
MEZ T1	Banco Itaú - Debêntures	BRL	15/11/2046	IPCA + 9.3345% IPCA + 8.4853%	330.238	288.260
MEZ T1	Banco Itaú – CCB 2	BRL	19/01/2025	Taxa = 3% por 360 dias + 100% CDI	37.851	-
MEZ T1	Banco Itaú – CCB 3	BRL	19/01/2025	Taxa = 3% por 360 dias + 100% CDI	36.807	-
MEZ T1	Banco Itaú – CCB 4	BRL	19/01/2025	Taxa = 3% por 360 dias + 100% CDI	23.362	-
					428.258	288.260
					428.258	-
Circulante					-	288.260
Não Circulante					428.258	288.260
Consolidado						
Companhia	Instituições Financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2024	31/12/2023
MEZ 1	Banco Itaú – Debentures	BRL	15/07/2043	IPCA = 7,3879%	79.809	78.120
MEZ 1	Banco do Nordeste	BRL	30/11/2045	IPCA + 3.2729%	199.860	184.699
MEZ 2	Banco ABC Brasil - CCB	BRL	27/03/2024	Taxa = 3,10% por 360 dias (TR 100% DI- OVER-CETIP)	-	4.962
MEZ 2	Banco do Brasil	BRL	01/10/2041	IPCA + 2.6751%	28.547	21.442
MEZ 3	Banco Itaú - Debêntures	BRL	15/04/2044	IPCA + 7,1629%	40.981	40.073
MEZ 4	Banco Itaú - Debêntures	BRL	15/04/2044	Taxa = IPCA + 7,2638	43.811	42.893
MEZ 5	Banco Itaú - Debentures	BRL	15/01/2046	Taxa = IPCA + 7,0567%	483.005	444.977
MEZ T1	Banco Itaú – CCB 2	BRL	25/04/2025	Taxa = 3% por 360 dias + 100% CDI	37.851	-
MEZ T1	Banco Itaú – CCB 3	BRL	25/04/2025	Taxa = 3% por 360 dias + 100% CDI	36.807	-
MEZ T1	Banco Itaú – CCB 4	BRL	25/04/2025	Taxa = 3% por 360 dias + 100% CDI	23.362	-
MEZ T1	Banco Itaú - Debêntures	BRL	15/11/2046	IPCA + 9.3345% IPCA + 8.4853%	330.238	288.260
					1.304.271	1.105.427
					930.765	68.507
Circulante					373.506	1.036.920
Não Circulante					1.304.271	1.105.427

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Controladora

	Saldos em 31/12/2023	Captação	Custo de captação	Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures	Saldos em 31/12/2024
Banco Itaú – CCB 2	-	35.000	-	2.851	37.851
Banco Itaú – CCB 3	-	35.000	(219)	2.026	36.807
Banco Itaú – CCB 4	-	23.000	-	362	23.362
Banco Itaú - Debêntures	288.260	-		41.978	330.238
	288.260	93.000	(219)	47.217	428.258

	Saldos em 31/12/2022	Variação cambial	Custo de captação	Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures	Saldos em 31/12/2023
Banco Itaú – Debêntures	251.993	(2)	75	36.194	288.260
	251.993	(2)	75	36.194	288.260

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures --Continuação

b) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Consolidado

Instituições Financeiras	Companhia	Saldos em 31/12/2023	Captação	Variação cambial	Custo de captação	Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures	Amortização de juros	Amortização de principal	Saldos em 31/12/2024
Banco Itaú – Debentures	MEZ 1	78.120	-	-	(1.104)	8.830	(6.037)	-	79.809
Banco do Nordeste	MEZ 1	184.700	-	-	-	16.836	(1.599)	(77)	199.860
Banco ABC Brasil -CCB	MEZ 2	4.962	-	-	-	573	(98)	(5.437)	-
Banco do Brasil	MEZ 2	21.442	6.907	-	-	1.871	(1.673)	-	28.547
Banco Itaú – Debêntures	MEZ 3	40.072	-	-	-	4.779	(3.366)	(504)	40.981
Banco Itaú - Debêntures	MEZ 4	42.894	-	-	-	5.033	(4.116)	-	43.811
Banco Itaú - Debentures	MEZ 5	444.977	-	-	-	59.945	-	(21.917)	483.005
Banco Itaú - CCB 2	MEZ T1	-	35.000	-	-	2.851	-	-	37.851
Banco Itaú - CCB 3	MEZ T1	-	35.000	-	(219)	2.026	-	-	36.807
Banco Itaú - CCB 4	MEZ T1	-	23.000	-	-	362	-	-	23.362
Banco Itaú - Debêntures	MEZ T1	288.260	-	-	-	41.978	-	-	330.238
		1.105.427	99.907	-	(1.323)	145.084	(16.889)	(27.935)	1.304.271

Instituições Financeiras	Companhia	Saldos em 31/12/2022	Captação	Variação cambial	Custo de captação	Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures	Amortização de juros	Amortização de principal	Saldos em 31/12/2023
Banco Itaú - Debentures	MEZ 1	67.439	2.162	-	-	8.519	-	-	78.120
Banco Safra - CCB	MEZ 1	4.228	-	-	-	258	(319)	(4.167)	-
Banco BTG - Debentures	MEZ 1	89.403	-	-	541	3.329	(17.973)	(75.300)	-
Banco do Nordeste	MEZ 1	-	175.783	-	(557)	9.474	-	-	184.700
Banco ABC Brasil -CCB	MEZ 2	20.514	-	-	365	2.536	(3.393)	(15.060)	4.962
Banco do Brasil	MEZ 2	-	21.276	-	-	166	-	-	21.442
Banco Itaú - Debêntures	MEZ 3	38.633	-	-	141	4.557	(2.755)	(504)	40.072
Banco Itaú - Debêntures	MEZ 4	39.968	-	-	145	4.806	(1.460)	(565)	42.894
Banco Itaú - Debentures	MEZ 5	394.117	-	-	1.807	49.053	-	-	444.977
Banco Itaú - Debêntures	MEZ T1	251.992	-	(1)	75	36.194	-	-	288.260
		906.294	197.944	(1)	2.545	119.966	(40.786)	(80.535)	1.105.427

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures -- Continuação

b) Por vencimento (não circulante)

Controladora	31/12/2024	31/12/2023
2025	428.258	2.535
2026	-	2.535
2027	-	3.571
2028	-	3.604
Após 2028	-	276.385
	428.258	288.630
Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
2025	930.765	14.999
2026	6.128	18.432
2027	7.909	23.905
2028	8.858	26.386
Após 2028	350.611	953.198
	1.304.271	1.036.920

Debêntures Banco Itaú – MEZ T1

A Companhia MEZ T1, celebrou junto ao Banco Itaú a debenture CVM 476, não conversível, com a taxa IPCA + Spread 9,3345%, que após o Completion passa a ser IPCA + 8,4853%, para arcar com os custos de implantação dos projetos de suas investidas. O financiamento tem obrigações de comprovação de Covenants a partir de 2025. O sistema de amortização é semestral e será iniciado em maio de 2025.

Devido a quebra de Covenants ocorrida na Subsidiária MEZ 5 Energia S.A., a MEZ T1 foi impactada pela cláusula de Cross default e sua debenture foi transferida para o curto prazo.

A administração da MEZ 5, por meio intermédio do agente fiduciário, convocou uma Assembléia Geral de Debenturistas (AGD) para deliberação do pedido do waiver sobre o não cumprimento das obrigações de contrato das debentures da MEZ 5, o qual foi concedido em 8 de abril de 2025.

Debêntures Banco Itaú – MEZ 1

A Companhia MEZ 1, celebrou junto ao Banco Itaú a debenture CVM 476, não conversível, com a taxa IPCA + Spread 7,3879%, para arcar com os custos de implantação do projeto. O financiamento tem obrigações de comprovação de Covenants a partir de 2024. O sistema de amortização é semestral iniciada em janeiro de 2024.

A Companhia tem obrigação de cumprimento de ICSD de no mínimo 1,4x. Este índice foi atingido no exercício de 2024.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Banco do Nordeste – MEZ 1

A Companhia MEZ 1, celebrou junto ao Banco do Nordeste o empréstimo, com taxa IPCA + 3.2729% para arcar com os custos de implantação do projeto. O financiamento tem obrigações de comprovação de *Covenants a partir de 2024*. O sistema de amortização é mensal iniciada em dezembro de 2023.

A Companhia tem obrigação de cumprimento de ICSD de no mínimo 1,4x, a partir da liberação das fianças, para o exercício de 2024 ainda não foram liberadas.

Banco do Brasil (FDNE) – MEZ 2

A Companhia MEZ 2 firmou em 29 de março de 2022 o contrato de abertura de crédito fixo FDNE junto ao Banco do Brasil no valor de R\$27.935, com juros TFD (taxa de financiamento direta) relativas as parcelas dos recursos e pagamentos semestrais a se iniciar em outubro de 2024 e vencimento final em outubro de 2041.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração, com base em sua interpretação dos termos previstos no contrato de financiamento, dentre os quais a fórmula de cálculo do ICSD, concluiu que está adimplente com as cláusulas restritivas (“covenants”) previstas no referido contrato.

CCB Banco ABC – MEZ 2

A Companhia MEZ 2, celebrou junto ao Banco ABC o contrato de empréstimo “ponte” com taxas de 100% CDI + Spread 3,10%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O sistema de amortização é semestral iniciada em janeiro de 2024. Este empréstimo foi quitado em maio de 2024.

Debêntures Banco Itaú – MEZ 3

A Companhia MEZ 3, celebrou junto ao Banco Itaú a debênture CVM 476, não conversível, com a taxa IPCA + Spread 7,1629%, para arcar com os custos de implantação do projeto. A amortização ocorre de forma semestral e a primeira parcela ocorreu em Outubro/2023. O financiamento tem obrigações de comprovação de *Covenants a partir de 2025*.

Debêntures Banco Itaú – MEZ 4

A Companhia MEZ 4, celebrou junto ao Banco Itaú a debênture CVM 476, não conversível, com a taxa IPCA + Spread 7,2638%, para arcar com os custos de implantação do projeto. As debentures possuem entre suas obrigações o atingimento do ICSD mínimo calculado de 1,2x a ser calculado baseado nas demonstrações contábeis regulatórias, o qual foi atingido no exercício de 2024.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Debêntures Banco Itaú – MEZ 5

A Companhia MEZ 5 Energia S.A., celebrou junto ao Banco Itaú a debênture CVM 476, não conversível, com a taxa IPCA + Spread 7,0567%, para arcar com os custos de implantação do projeto. As debêntures têm obrigações de comprovação de Covenants a partir de 2024.

A Companhia não cumpriu o Índice de cobertura do Serviço da dívida (ICSD), exigido de acordo com o item 6 sub item xxv do contrato de debentures, as quais estão entre as cláusulas de vencimento antecipado. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está inadimplente das obrigações previstas no respectivo contrato.

Em 8 de abril de 2025, a Companhia obteve o waiver para o assunto mencionado acima e demais itens mencionados abaixo.

- a) Waiver para protestos superiores a 1.000.000 de reais e devidamente pagos pela companhia em um prazo de 35 dias após a ciência do protesto.
- b) Waiver para o não cumprimento do ICSD de 1,2x para o exercício de 2024;
- c) Waiver para os descumprimentos dos itens Cláusula 6.1, itens “XIV” e “XVII”, e da Cláusula 6.2, incisos “I”, “III”, “IV”, “VI”, “VII”, “XIV”, “XVI”, “XIX”, “XX” e “XXI”, que basicamente falam sobre o ICSD e aditivo da fiança;
- d) Waiver de 15 dias de tolerância para o envio das demonstrações Financeiras;
- e) Aditivo na fiança para Completion físico e financeiro;
- f) Waiver de 15 dias úteis para emissão da nova fiança;
- g) Liberação para que a companhia e o agente fiduciário mandem todas as documentações pendentes e façam a nova escritura em até 15 dias uteis;

Todos os itens mencionados no Waiver foram cumpridos.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

c) Garantias

	Instituições Financeiras	Moeda	Taxa de juros a.a	Garantias
MEZ T1	Banco Itaú:	BRL	IPCA + 9.3345% IPCA + 8.4853%	(i) Fiança da MEZ Construções S.A, Barolo Participações LTDA (até o COD) e Marcos Zarzur (até a emissão de todas as Licenças de Instalação) ; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da Emissora; e (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Emissora, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida com o valor de uma PMT.
MEZ 1	Banco Itaú:	BRL	IPCA + 7,3879%	(i) Fiança Corporativa da MEZ Energia e Participações S.A. até o completion financeiro; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da SPE; e (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes da Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida com o valor de uma PMT.
	Banco do Nordeste:		IPCA + 3.2729%	(i) Fiança Bancária para 100% do montante do financiamento até o completion financeiro; (ii) Alienação Fiduciária das ações da SPE; (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes da Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida no valor de 3,6% do montante da dívida, e (iv) Equity Support Agreement da MEZ Energia e Participações LTDA.
MEZ 2	Banco do Brasil	BRL	IPCA + 2.6751%	(i) Fiança Corporativa da MEZ Energia e Participações LTDA até o completion financeiro.; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da SPE; e (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes da Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida com o valor de uma PMT.
MEZ 3	Banco Itaú - Debêntures	BRL	IPCA + 7,1629%	(i) Fiança Corporativa da MEZ Energia e Participações S.A. até o completion financeiro; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da SPE; e (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviços da Dívida como o valor de uma PMT.
MEZ 4	Banco Itaú - Debêntures	BRL	IPCA + 7,2638%	(i) Fiança Corporativa da MEZ Energia e Participações S.A. até o completion financeiro; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da SPE; e (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviços da Dívida como o valor de uma PMT.
MEZ 5	Banco Itaú - Debêntures	BRL	IPCA + 7,0567%%	(i) Fiança bancária para 100% do montante do financiamento por prazo mínimo de 2 anos ou até o "completion" físico do projeto (esperado para jan/2024); (ii) Alienação Fiduciária das Ações da SPE e da MEZ T1; (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes da Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida com o valor de um PMT, e (iv) Fiança Corporativa outorgada pela MEZ Energia e Participações em Benefícios dos Fiadores.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Provisões pré-operacionais

As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para os quais ainda não houve desembolso financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com negociações comerciais e serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, seguem os valores por investida para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
MEZ 1	6.683	-
MEZ 2	4.213	-
MEZ 3	9.546	-
MEZ 4	5.226	5.803
	25.668	5.803

13. Tributos diferidos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
PIS e Cofins	74.936	59.827
Imposto de renda e Contribuição social	61.068	48.485
	136.004	108.312

13.1. Pis e Cofins diferido

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a Remuneração do Ativo Contratual sob a alíquota de 3,65%.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
	59.827	41.792
Saldo Inicial		
Receita de Implementação de Infraestrutura Líquida de Margem	329.242	479.577
Receita de Remuneração do ativo de contrato	154.934	32.902
Receita de Operação e manutenção	6.727	951
Base de cálculo	490.903	513.430
Alíquotas PIS e COFINS	3,65%	3,65%
PIS e COFINS diferidos	17.918	18.740
Outros ajustes (*)	(2.809)	(705)
Total	74.936	59.827

(*) Refere-se basicamente aos ajustes de PIS e Cofins diferido sobre o saldo total do ativo de concessão.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Tributos diferidos - Consolidado--Continuação

13.1. Pis e Cofins diferidos--Continuação

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	5.590	1.798
Não Circulante	69.346	58.029
	74.936	59.827

São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos, se refere ao montante acumulado de ativo de contrato consolidado em 31 de dezembro de 2024 sob o percentual de presunção de 8% e 12% respectivamente provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

13.2. Impostos diferidos Ativo - Controladora/Consolidado

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido	2.647	2.647
Contribuição social diferida	953	953
IR e CS diferidos (Não circulante)	3.600	3.600

Impostos diferidos Passivo

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido	39.655	31.585
Contribuição social diferida	21.413	16.900
IR e CS diferidos (Não circulante)	61.068	48.485

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Tributos diferidos--Continuação

13.2. Impostos diferidos Ativo - Controladora/Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que geraram ativos fiscais diferidos, conforme abaixo. Tais créditos foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia nem expectativa de base tributável de resultados que garantam a realização, nos próximos 5 anos a contar a sua constituição.

	Controladora				
	31/12/2022	Constituição/ Reversão	31/12/2023	Constituição/ Reversão	31/12/2024
Prejuízos Fiscais	10.589	-	-	-	-
Imposto de renda	2.647	-	2.647	-	2.647
Contribuição social	953	-	953	-	953
IR e CS diferidos (Não circulante)	3.600	-	3.600	-	3.600

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas diferidas	490.903	490.903	513.430	513.430
Alíquotas	8%	12%	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	39.272	58.908	41.074	61.612
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	9.818	5.302	10.269	5.545
Outros ajustes (*)	(2.262)	(1.248)	(1.349)	(629)
Impostos de renda e contribuição social diferido	7.556	4.054	8.920	4.916

(*) Refere-se basicamente aos ajustes de IR e CS diferido sobre o saldo total do ativo de concessão.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Tributos diferidos--Continuação

13.3. Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado 31/12/2024		Consolidado 31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita realizada	57.096	57.096	17.603	17.603
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo total	4.568	6.852	1.408	2.112
Receitas financeiras	6.046	6.046	7.485	7.485
Base de cálculo	10.614	12.898	8.893	9.597
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e Contribuição social efetiva	2.653	1.161	2.223	864
Outros ajustes	(115)	4	3.330	1.206
Imposto de renda e Contribuição social correntes	2.538	1.165	5.553	2.070

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito é de R\$249.979 dividido em 249.979.260 ações (R\$ 123.129 dividido em 123.128.943 ordinárias em 31 de dezembro de 2023) no valor nominal de R\$1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de quotas	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
MEZ Energia e Participações S.A..	249.979.260	249.979	100%	123.128.943	123.129	100%
	249.979.260	249.979	100%	123.128.943	123.129	100%

Durante o exercício de 2024 houve o aumento de Capital no montante de R\$126.850, mediante integralização de AFAC pela MEZ Energia e Participações S.A.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Patrimônio líquido--Continuação

b) Destinação do lucro

A destinação do lucro da Companhia, conforme contrato social, será decidida pelos acionistas na AGO.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro/prejuízo do exercício	15.974	(88.583)
(-) Constituição da reserva Legal (5% do lucro líquido)	(799)	-
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar/ Absorção de prejuízos	(15.175)	88.583
	-	-

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, apurada em cada exercício social, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 o montante dessa reserva é de R\$15.041 (em 31 de dezembro de 2023, o montante era de R\$14.242).

d) Reservas de capital

Refere-se ao efeito decorrente de aportes realizados por acionista minoritário na controlada MEZ 5 Energia S.A., os quais não tiveram contrapartida da Companhia.

e) Reserva de lucros a realizar

O lucro apresentado no exercício foi integralmente destinado a reserva de lucros a realizar após a reserva legal, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76.

Com base na Lei nº 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 o montante desta reserva é de R\$197.180 (em 31 de dezembro de 2023, o montante é R\$182.005).

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita de implementação de infraestrutura líquida de margem	329.242	479.577
Remuneração do ativo contratual de concessão	154.934	32.902
Receita de operação e manutenção	6.727	951
	490.903	513.430
(-) PIS sobre Receita – diferido	(5.184)	(3.527)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(14.450)	(14.872)
(-) Encargos regulatórios	(707)	(161)
	(20.341)	(18.560)
	470.562	495.168

16. Custos de implementação de infraestrutura

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	88.001	106.983
Pessoal	3.265	1.845
Material	13.074	36.508
Serviços de terceiros	124.017	220.150
Receitas/Despesas financeiras	3.895	-
Juros capitalizados	66.869	77.527
Tributos	692	1.878
Adiantamento a fornecedores	(3.314)	5.811
Depósitos judiciais	1.021	-
Aluguéis	30.218	23.109
Terrenos	-	10
Software	99	-
Outros	2.713	-
	330.550	473.821

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Resultado financeiro líquido

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras				
Receita sobre aplicações financeiras	1.704	7.485	3.650	7.485
PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(79)	(685)	(212)	(685)
Outras receitas financeiras	-	-	35	312
	1.625	6.800	3.473	7.112
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(47.217)	(36.194)	(78.390)	(42.439)
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(618)	(1)	(697)	(145)
Despesa com comissão	-	(10.462)	-	(10.462)
Outras despesas financeiras	(1.142)	(236)	(2.487)	(455)
	(48.977)	(46.893)	(81.574)	(53.501)
	(47.352)	(40.093)	(78.101)	(46.389)

18. Outras despesas operacionais, líquidas (consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
(-) Perda de realização do ativo de contrato, líquido de impostos (nota 7) (*)	537	(6.614)
Revisão Tarifária Periódica	(1.540)	-
Outros	296	-
(-) Contribuições e encargos regulatórios	-	777
	(707)	(5.837)

(*) Efeito da revisão da RAP - Em virtude do atraso na entrada em operacional em conformidade com o contrato de concessão previsto para 21 de março de 2022 frente a entrada comercial em 23 de dezembro de 2022.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a) Contingências passivas - risco de perda provável

A administração da Companhia e de suas controladas com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

a) Contingências passivas - risco de perda provável--Continuação

Processos judiciais	Consolidado 31/12/2024		Consolidado 31/12/2023	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cíveis	2	1.588	2	132
	2	1.588	2	132

b) Risco de perda possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 estavam assim representadas:

MEZ 1

Ação Cível, no valor de R\$8.602;
Ação Trabalhista, no valor de R\$54;

MEZ 3

Ação Cível, no valor de R\$33;

MEZ 5

Ação Cível, no valor de R\$450;
Ação Tributária, no valor de R\$3.112
Ação Ambiental, no valor de R\$19

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

c) Movimentação das provisões para contingências 2024

	31/12/2023	Reversão	Adições	31/12/2024
Processos judiciais				
Cíveis	132	(132)	1.588	1.588
	132	(132)	1.588	1.588

Movimentação das provisões para contingências 2023

	31/12/2022	Reversão	Adições	31/12/2023
Processos judiciais				
Cíveis	-	-	132	132
	-	-	132	132

20. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e das suas controladas a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e das suas controladas, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia e das suas controladas.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral

A Companhia e das suas controladas apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia e das suas controladas visam identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia e das suas controladas, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e das suas controladas.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia e das suas controladas.

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Visão geral--Continuação

i) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- Concessionárias e permissionárias - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.
- Contas a receber - Ativo de Contrato - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Visão geral--Continuação

i) Riscos de crédito--Continuação

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

ii) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia e suas controladas. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Visão geral--Continuação

ii) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

- Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Controladora					
Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	10.571	Queda da taxa CDI	1.549	1.162	775
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI %			14,65%	10,99%	7,33%
Consolidado					
Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	21.339	Queda da taxa CDI	3.126	2.345	1.564
Caixa restrito	59.458	Queda da taxa CDI	8.711	6.534	4.358
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI %			14,65%	10,99%	7,33%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 12,33% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI e IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Visão geral--Continuação

ii) Risco de mercado--Continuação

Controladora					
Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
Debêntures	330.238	Aumento do IPCA	16.380	20.475	24.570
Empréstimos e Financiamentos e debêntures	98.020	Aumento do CDI	14.360	17.947	21.545
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
CDI %			14,65%	18,31%	21,98%
IPCA %			4,96%	6,20%	7,44%

Consolidado					
Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
Debêntures	979.507	Aumento do IPCA	48.584	60.729	72.875
Empréstimos e Financiamentos	226.744	Aumento do IPCA	11.247	14.058	16.870
Empréstimos e Financiamentos	98.020	Aumento do CDI	14.360	17.947	21.545
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
CDI %			14,65%	18,31%	21,98%
IPCA %			4,96%	6,20%	7,44%

- Risco de inflação - a receita das controladas da companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

iii) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhia.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Visão geral--Continuação

iii) Riscos operacionais--Continuação

- Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b) Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

Classificações contábeis e valores justos--Continuação

- Contas a receber - Ativo de Contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia e suas controladas foram determinados de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2024. A Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures - a Companhia e suas controladas consideram que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Hierarquia do valor justo

A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024		31/12/2024	
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Valor justo através do resultado:					
Aplicações financeiras em CDB	2	10.571	10.571	21.339	21.339
Caixa restrito	2	-	-	59.458	59.458
Ativos financeiros					
Custo amortizado:					
Caixa e bancos		34	34	1.711	1.711
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	10.127	10.127
Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Fornecedores	-	-	-	78.652	78.652
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	428.258	428.258	1.304.271	1.304.271

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado.

Os instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e das suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela diretoria da Companhia e das suas controladas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e das suas controladas são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e das suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos cambiais

A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.2. Gestão de risco--Continuação

d) Risco de liquidez--Continuação

A administração da Companhia e das suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários.

20.3. Gestão do capital

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Seguros

Controladas	Seguradora	Apólice	Tipo	Modalidade	Valor segurado	Valor do prêmio	Período de vigência
MEZ 1	Fator	1005100004162	Resp. Civil Geral - Operacional	Resp. Civil Geral - Operacional	3.750	6	31/03/2025 a 31/03/2026
MEZ 1	BVIX Seguradora	30501000001	Riscos Nomeados e Operacionais	Riscos Nomeados e Operacionais	5.610	22	22/05/2025 a 31/12/2025
MEZ 1	BVIX Seguradora	036.5.01.000001	Riscos Nomeados e Operacionais	Riscos Nomeados e Operacionais	50.683	22	22/05/2025 a 31/12/2025
MEZ 2	Berkley International do Brasil Seguros S.A.	1.005.100.050.942	Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil	39.191	21	04/04/2022 a 31/03/2026
MEZ 2	Berkley International do Brasil Seguros S.A.	1.006.700.045.034	Risco de Engenharia GFC – ANEEL LINHA	Risco de Engenharia GFC – ANEEL LINHA	39.191	37	04/04/2022 a 31/03/2028
MEZ 2	JNS	1007507007359	TRANSMISSÃO	TRANSMISSÃO	3.793	33	30/07/2025 a 02/03/2026
MEZ 3	Fator	1005100004162	Resp. Civil Geral - Operacional	Resp. Civil Geral - Operacional	3.750	6	31/03/2025 a 31/03/2026
MEZ 3	Sombrero	1.009.601.000.202	Riscos Nomeados - Equip	Riscos Nomeados - Equip.	11.357	63	30/08/2024 a 30/08/2025
MEZ 4	Fator	1005100004162	Resp. Civil Geral - Operacional	Resp. Civil Geral - Operacional	3.750	6	31/03/2025 a 31/03/2026
MEZ 4	Sombrero	1.009.601.000.202	Riscos Nomeados - Equip	Riscos Nomeados - Equip.	13.297	63	30/08/2024 a 30/08/2025
MEZ 5	BMG Seguros S.A.	17.412.021.000.107.700.000.000	Seguro Garantia	Seguro Garantia	45.101	1.752	05/03/2021 a 29/06/2026
MEZ 5	Fator	1005100004162	Resp. Civil Geral - Operacional	Resp. Civil Geral - Operacional	3.750	6	31/03/2025 a 31/03/2026
MEZ 5	Sombrero	1.009.601.000.202	Riscos Nomeados - Equip	Riscos Nomeados - Equip.	51.504	173	30/08/2024 a 30/08/2025

22. Eventos Subsequentes

22.1 Renegociação com fornecedores

Atualmente, a Companhia MEZ 5 Energia S.A. vem renegociando alguns valores, no montante aproximado de R\$ 13.000, com determinados fornecedores para adequar a quitação destes ao fluxo de caixa da Companhia. Em tais negociações, a Companhia tem buscado prazos de 6 a 24 meses para pagamento e consideram não só a geração de caixa operacional da Companhia, mas também o desembolso de linhas do BNDES e aportes dos acionistas. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia já concluiu e quitou o montante aproximado de R\$ 3.000 referentes a tais renegociações.

22.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2025, a Companhia recebeu aportes de capital de sua controladora, no montante de R\$ 4.500. Em contrapartida, a Companhia realizou aportes de capital em suas controladas, no montante de R\$ 20.010, sendo: R\$ 10.370 para a MEZ 1, R\$ 600 para a MEZ 2, R\$ 490 para a MEZ 3 e R\$ 8.550 para a MEZ 5. O objetivo de tais aportes é suprir as eventuais necessidades de caixa das controladoras durante o período.